

## A HEGEMONIA DISSOCIADA E O PAPEL IDEOLÓGICO DA CEPAL NOS ANOS DE 1950 A 1960

Rachel Aguiar Estevam do Carmo<sup>1</sup>

### Resumo

O presente artigo aborda a noção *hegemonia dissociada*<sup>2</sup> como forma de entender o projeto ideológico da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) nos anos de 1950 a 1960. Entende-se que a CEPAL contribuiu para a construção do pensamento moderno na América Latina ao incentivar a formação de novos pesquisadores e na construção da Teoria do Subdesenvolvimento, corrente teórica que rompe com os escritos advindos das Nações Unidas e que procura explicar a realidade latino-americana a partir de dentro, focando na saída da condição subdesenvolvida por meio da ampliação e construção do parque industrial. Utilizamos os escritos gramscianos para compreender esse momento hegemônico de reorganização dos Estados latino-americanos em que a CEPAL serviu para dar suporte ao projeto de desenvolvimento econômico voltado para a supressão da condição de subdesenvolvimento e também como manifestação que se dissocia dos preceitos das Nações Unidas da qual a CEPAL estava subordinada teoricamente. Nesse sentido, o termo hegemonia dissociada ajuda a realocar o papel da CEPAL nos anos de 1950 e 1960 como a luz capaz de levar a modernidade para a periferia do capitalismo.

Palavras-chave: Hegemonia Dissociada; CEPAL; Desenvolvimento Econômico.

### THE DISSOCIATED HEGEMONY AND THE IDEOLOGICAL ROLE OF CEPAL IN THE YEARS 1950 TO 1960

### Abstract

This article addresses the concept of *dissociated hegemony* as a way of understanding the ideological project of the Economic Commission for Latin America (CEPAL) in the years 1950 to 1960. It is understood that CEPAL contributed to the construction of modern thinking in Latin America by encouraging formation of new researchers and the construction of the Theory of Underdevelopment, a theoretical current that breaks with the writings of the United Nations and seeks to explain the Latin American reality from within focusing on the way out of the underdeveloped condition through the expansion

---

<sup>1</sup> Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bolsista CAPES e também CAPES-PDSE tendo a orientação do Guido Liguori na *Fondazione Gramsci* em Roma (2014-2015). Professora da Rede Municipal de Niterói. [raec1982@yahoo.com.br](mailto:raec1982@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Agradecimento ao professor Victor Gomes pelas preciosas considerações acerca da construção desta noção.

and construction of the industrial park. We use the writings of Gramsci to understand this hegemonic moment of reorganization of the Latin American States in which CEPAL served to support the economic development project aimed at suppressing the condition of underdevelopment and also as a manifestation that dissociates itself from the United Nations because of *team cepalino* to have been subordinate theoretically. In this sense, the term dissociated hegemony helps to reallocate the role of CEPAL in the 1950s and 1960s as the light that capable of bringing modernity to the periphery of capitalism. Keywords: Dissociated Hegemony; CEPAL; Economic Development.

## Introdução

O presente artigo aborda uma noção tratada na tese de doutorado denominada hegemonia dissociada com a finalidade de entender o papel ideológico de uma das principais comissões econômicas da América Latina nos anos de 1950 a 1960 denominada CEPAL. Tal noção compõe uma das investigações centrais na tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo central foi analisar criticamente a *ideia de desenvolvimento* como sinal de progresso, ideia subjacente à tradição social crítica no Brasil (e tendo impacto na América Latina) por meio dos escritores dessa comissão e também pelo grupo de investigadores que analisaram as relações entre centro-periferia do capitalismo sob a forma de dependência denominada Teoria Marxista da Dependência (TMD) nos anos de 1970. Ambas as correntes possuem uma forte influência no atual panorama do pensamento social latino-americano.

Indica-se, na referida investigação, que a ideia de desenvolvimento como sinal de progresso subjaz grande parte das interpretações da tradição social crítica brasileira, o que denota que a atualização desses estudos não ajuda a compreender o atual contexto capitalista, pois os instrumentos analíticos remetem a uma ideia de modernidade que tempos atrás era ainda possível pensar em crescimento e progresso, mas que nos tempos atuais tais pensamentos ajudam a limitar a capacidade analítica que necessitamos ter para

compreender a dinamicidade dos processos sociais imersos em um mundo em crise das próprias premissas que ajudaram a sua edificação. É neste sentido que a pesquisa analisa o estudo de dois grandes grupos que reuniram uma forma de pensar o processo de desenvolvimento e seus impactos nas regiões ditas periféricas.

Para o presente artigo concentraremos nossas análises na importância em que a CEPAL deteve no processo de construção ideológica implementando uma ideia de *desenvolvimento como sinal de progresso* que se tornou hegemônica na América Latina nos anos de 1950 a 1960. Essa hegemonia ganha traços singulares se entendermos o contexto histórico pelo qual se edifica a CEPAL como um órgão ligado às Nações Unidas, mas que ao mesmo tempo rompia com suas diretrizes para difundir a possível modernidade para a América Latina. Nesse sentido, a noção de *hegemonia dissociada* nos ajuda a localizar historicamente o papel ideológico que a CEPAL possuiu na América Latina, seja através na formação pedagógica de novos pesquisadores a partir das formulações criadas pela própria comissão originando a Teoria do Subdesenvolvimento, seja orientando os principais Estados latino-americanos na organização social e econômica em prol do desenvolvimento focado na criação e ampliação do parque produtivo industrial.

Portanto, acreditamos que a CEPAL teve um papel fundamental para construir a ideia de desenvolvimento como uma força ideológica que fomenta a constituição do ser moderno na periferia. A noção hegemonia dissociada permite realocar o papel da CEPAL como difusora do pensamento moderno voltado para o desenvolvimento das *forças produtivas como sinal de progresso* no momento em que auxiliava governos latino-americanos a implementarem políticas voltadas para o aumento da industrialização dos países periféricos.

## **O papel ideológico da CEPAL nos anos de 1950 a 1960: o Manifesto de 1949**

A CEPAL surge por uma necessidade das Nações Unidas regular a ideia de desenvolvimento elaborada sob o ideal norte-americano de mundo pós Segunda Guerra Mundial. As comissões econômicas tinham como objetivo reproduzir os discursos difundidos pelos teóricos do desenvolvimento econômico apontando a melhor maneira para se ter o crescimento interno. No caso da comissão para América Latina as pesquisas se concentravam nas obras de Myrdal, Rostow e Nurkse, autores que difundiram análises sobre a economia latino-americana e a questão do atraso frente às economias do centro. Consideramos as obras dos citados autores como relevante para entender o motivo que fez uma equipe de jovens pesquisadores latino-americanos a romper com as interpretações originadas nos centros hegemônicos do poder capitalista.

Em seu livro *Autobiografia: obras escolhidas*, Celso Furtado, um dos membros da equipe cepalina, relatava que os documentos que chegavam à CEPAL destoavam da forma como os países periféricos haviam sido organizados historicamente, o que fazia com que a equipe passasse a extrair os elementos mais relevantes desses documentos, ainda sim preservando a essência equivocada sobre os processos sociais latino-americanos. Furtado (2014) destaca que nos finais dos anos de 1940 ainda era uma tarefa difundir a ideia da industrialização como caminho para o bem sucedido desenvolvimento econômico. Sob práticas econômicas que mantinham o atraso colonial como um nó na América Latina, a defesa de criação e ampliação de um parque industrial era considerada extremamente progressista frente às elites ligadas à agro-exportação. Com a chegada do famoso economista argentino na CEPAL Raul Prebisch, o arcabouço dos teóricos do desenvolvimento econômico passou a ser um empecilho na compreensão da realidade social latino-americana. É nesse sentido que Prebisch escreveu o famoso *Manifesto de 1949*, antes de iniciar a Conferência em Havana (Furtado recebera em forma de manuscrito, momentos

antes do embarque), suprimindo as interpretações do centro capitalista e selando o papel ideológico que a CEPAL tivera nos próximos anos na América Latina.

O Manifesto de 1949 escrito por Prebisch expressa dois movimentos: o primeiro reflete os anos de investigação sobre teoria econômica e as relações histórico-econômicas nos países periféricos que impulsionaram a escrever uma grande virada do pensamento macroeconômico e o segundo movimento consiste na oportunidade em juntar uma equipe empenhada em criar estratégias de desenvolvimento contra as formas arcaicas que caracterizavam países como subdesenvolvidos. Nesse sentido, Prebisch escreveu o manifesto e inaugurou uma forma interpretativa da realidade social que priorizava a constituição histórica dos países latino-americanos e ainda indicava saídas da condição em que se vivia, ou seja, a CEPAL introduziu a esperança para sair da situação de subdesenvolvimento, acreditando que as formas periféricas que balizam as estruturas sociais e econômicas não eram duradouras e sim um momento histórico que poderia ser superado se fomentassem investimentos necessários para se alcançar a possível modernidade.

Na introdução do Manifesto de 1949, Prebisch afirma que a configuração fruto da divisão internacional do trabalho estava destruindo a América Latina devido à forma como o citado continente se posicionava nas relações comerciais internacionais, servindo apenas para a exportação de matérias-primas e produtos agrícolas para os países do centro capitalista. Nesse caso, Prebisch denunciava que a configuração do mundo capitalista nos finais dos anos de 1940 impossibilitava que os países periféricos pudessem desenvolver seu parque industrial como forma de produzir sua mercadoria para garantir que as inversões na produção pudessem servir de impulso para os setores produtivos em âmbito nacional.

No texto Prebisch indica que o fomento à industrialização concomitante à produção primária seria possível e aponta que um dos movimentos necessários para fortificar tal possibilidade seria a ênfase na produtividade do trabalho, como forma de extrair o que seria possível no estímulo ao desenvolvimento econômico da periferia.

La industrialización de América Latina no es incompatible con el desarrollo eficaz de la producción primaria. Por el contrario, una de las condiciones esenciales para que el desarrollo de la industria pueda ir cumpliendo el fin social de elevar el nivel de vida, es disponer, y aprovechar prontamente el progreso de la técnica, en su regular renovación. (PREBISCH, 1986, p. 3).

Um dos temas centrais analisados pelos cepalinos seria a questão da agro-exportação como forma de indicar que o aumento do fluxo produtivo agrícola deveria ser otimizado e ajustado para que a venda dos produtos no ramo da exportação pudesse garantir os recursos para que se investisse na ampliação do mercado interno, além de incentivar o aumento do parque industrial nacional.

O Manifesto de 1949 apresenta uma série de gráficos e quadros que expunham dois fenômenos: i- seria o fenômeno da relação centro-periferia no aspecto das perdas expressa sob a forma de preços dos produtos produzidos na periferia, ou seja, mesmo que a produtividade nos países periféricos fosse elevada (superando os índices dos países do centro capitalista), isso não significou em melhora social, pois o recebimento dos lucros pelos produtos feitos nacionalmente não refletiu no valor real e equivalente ao que foi produzido. Para uma das mais influentes pesquisadoras da TMD, Vania Bambilra, esse movimento denotou a fuga de capitais para lugares onde sua valorização estivesse continuamente madura, no qual a mais-valia só se realizaria fora das regiões dependentes (periféricas). As análises cepalinas tratam as perdas como *parcos ganhos*, pois não se equivalem com a possibilidade de correspondência ao seu próprio nível de vida (PREBISCH, 1986). Essa relação entre as *perdas* com o *próprio nível de vida* caracteriza o núcleo motivador em que Prebisch

produziu estudos nos anos de 1920 e 1930 com o objetivo de entender as relações econômicas latino-americanas, servindo, portanto, para dar subsídios à Teoria do Subdesenvolvimento. A proposta da teoria consiste em refletir sobre as condições histórico-sociais que constituíram a América Latina, os caminhos que cada país seguiu ao ser colonizado. Consideramos esses temas acerca dos impactos da perda real do valor de uma mercadoria, além da questão da produtividade, mão-de-obra e mercado interno como uma das discussões que permearam os estudos cepalinos e que estão apontados no Manifesto de 1949.

A Conferência no México em 1953, no qual se aglutinaram os principais pesquisadores da América Latina com o foco em discutir as perspectivas de desenvolvimento para o continente, constituiu o divisor de águas com relação à definição da postura cepalina (principalmente após a divulgação do Manifesto de 1949). Neste congresso, Furtado (2014) analisou que o momento fora singular para a consolidação autônoma da CEPAL como órgão que tinha a plena liberdade de escrever a fundamentação teórica sem se apropriar das interpretações dos teóricos do desenvolvimento econômico (repassadas pelas Nações Unidas).

A defesa da autonomia da CEPAL relatada nos escritos de Furtado é central para compreendermos as disputas acerca da função da comissão. Essa questão tornou-se um ponto de tensão na Conferência do México em que se apresentou a posição estadunidense ao defender que a CEPAL deveria se dissolver nas comissões e instituições pan-americanas já existentes como o Conselho Interamericano Econômico e Social da OEA por alegarem os altos recursos para subsidiar pesquisas de campo, materiais, etc. em outras palavras, defendiam um discurso de pacificação para que as premissas expressas no Manifesto de 1949 não fossem difundidas. Com isso, Panamá e o dividido México estavam por defender tal discurso norte-americano, incentivando outros países a aderirem. Chile, Brasil e uma parte dos investigadores mexicanos queriam manter a

CEPAL autônoma com suas secretarias e subcomissões. Defender naquele momento a autonomia cepalina seria a consagração da difusão e do aprofundamento das premissas subdesenvolvimentistas na América Latina, não é a toa que figuras como o economista mexicano Miguel Osório e o assessor de Vargas, Cleantho Leite, foram fundamentais na decisão final sobre a postura da CEPAL diante da América Latina. Momentos antes dos conferencistas tomarem a posição da dissolução da comissão, chegara um telegrama do governo brasileiro, mostrando o interesse do então presidente Getúlio Vargas em que a comissão deveria continuar seus trabalhos, consagrando a autonomia necessária para difundir as ideias estabelecidas no Manifesto de 1949. A decisão de Vargas mais uma vez<sup>3</sup> foi crucial para que a autonomia cepalina pudesse ser garantida. Se os latino-americanos se unissem, os norte-americanos recuariam, pois não lhes convinha uma confrontação aberta. A união latino-americana somente se daria se algum país de peso e com credibilidade assumisse a liderança para defender a autonomia. O Brasil que representava tais características usou-as para definir os rumos da CEPAL. Neste momento, os Estados Unidos recuaram com suas propostas e a autonomia cepalina instaurou uma nova perspectiva de condução ideológica a partir das fundamentações da Teoria do Subdesenvolvimento. Esse processo repercutiu hegemonicamente por 10 anos até que a crise de superprodução de 1961 (e que impactou na crise ideológica cepalina) cessou as propostas de desenvolvimento econômico na periferia. Nesse sentido, o uso da hegemonia dissociada ajuda a compreender o papel da CEPAL nos seus anos de ouro em que a comissão não somente produzia as pesquisas qualitativas acerca dos aspectos socioeconômicos como também prestavam assessoria aos principais governos latino-americanos para promover internamente seu processo desenvolvimento na busca pelo túnel que pudesse alcançar a luz da modernidade tardia.

---

<sup>3</sup> Em seu primeiro governo, Vargas autorizou que Anísio Teixeira instaurasse a Universidade do Distrito Federal, pois o projeto político pedagógico era demasiado ousado para a época. Ver Carmo, 2011.



## **A hegemonia dissociada como suporte na compreensão do papel ideológico da CEPAL**

A CEPAL, após a Conferência no México em 1953, tornou-se a grande liderança ideológica da América Latina, pois aprofundou os pressupostos da Teoria do Subdesenvolvimento por meio da formação de novos investigadores e também na construção do material empírico sobre as condições socioeconômicas de cada país latino-americano, como também prestou assessoria aos principais governos latino-americanos a instaurarem a política desenvolvimentista em prol do crescimento e das melhorias sociais.

O assessoramento acontecia por meio de um *plano econômico de desenvolvimento*. Consistia em um texto em que abordava a situação histórico-social do país analisado, articulando propostas estratégicas para iniciar o processo de desenvolvimento econômico e social. Basicamente, apontavam-se por meio de gráficos e das análises qualitativas a situação econômica e os impactos da vida social daquele país para em seguida implementar a política de industrialização capaz de assegurar a ampliação do mercado interno como espaço de consumo e de realização das mercadorias produzidas. Nesse sentido, o aumento da renda nacional, associado também a uma política de equilíbrio na relação entre mercado interno e externo (uma tentativa complexa de equilíbrio em que a CEPAL colocou suas proposições, articulando as questões estruturais que fomentavam o subdesenvolvimento com a forma na qual se configurava a divisão internacional do trabalho, que acabava impedindo que os lucros ficassem concentrados no território nacional), proporcionava o aumento das inversões na produção e a garantia da contratação da mão-de-obra.

Com o avanço na industrialização as mercadorias produzidas nacionalmente passaram a fazer parte do cenário latino-americano, o que reforça a ideia de Furtado de que o processo de industrialização fomentou a competitividade dos

países periféricos no cenário internacional, extirpando de vez a configuração do comércio internacional (em que Prebisch alude no Manifesto de 1949 sobre os resquícios da lei das vantagens comparativas).

Membros cepalinos como Vásquez, Pinto, Prebisch, Furtado, Ferrer, Sunkel entre outros, empenharam em difundir uma interpretação sobre desenvolvimento que se dissocia da ideia de desenvolvimento trabalhada pelos teóricos ligados aos preceitos do centro capitalista. É nesse sentido que se utilizou a noção de hegemonia dissociada para reforçar a importância ideológica nesta fase do pensamento social latino-americano e também no assessoramento da reorganização do Estado burguês voltado para o desenvolvimento com o foco na produção industrial.

Utilizamos os estudos gramscianos para compreender o significado de hegemonia, pois a atuação cepalina marca uma fase no processo político-ideológico em que os principais Estados passaram a ser reorganizados para atender a ideia de desenvolvimento sob a égide da Teoria do Subdesenvolvimento. Nesse sentido, a CEPAL não é vista, na concepção gramsciana, como intelectuais orgânicos do capital em virtude da ineficiência da fração burguesa ao qual se vincula a equipe, isto é, muitas das vezes a CEPAL contribuiu para reorganizar e, em alguns casos, orientar na construção (como é o caso do Equador) da fração burguesa industrial capaz de conduzir, associado a outras frações burguesas, o processo de desenvolvimento econômico. Portanto, hegemonia é tomada como o entendimento que mais se explica a função social da equipe cepalina.

O conceito de hegemonia possui severos pontos polêmicos indagados pelo próprio filósofo italiano – uma problemática que atravessa a sua obra e que são levadas pelos tradutores e estudiosos do tema, como um determinante inflexivo de seu pensamento teórico. Bianchi (2007) reforça a tese de Carlos Nelson

Coutinho (1999) ao apontar a impossibilidade de analisar os estudos elaborados por Gramsci sobre hegemonia, separando o seu momento de investigação do seu momento de exposição. Isso quer dizer que a sua obra torna-se um completo desafio analítico e que deve ser levado em conta o tempo cronológico que foi escrito, pois Gramsci não seguia uma ordem para elaborar, já que grande parte dos chamados *Quaderni* foi produzida na prisão. Essa observação é muito importante para demarcar a utilização do conceito de hegemonia, pois não é a nossa intenção esgotar o conceito apresentando a sua mutação interna e nem apresentar a interpretação de autores que possuem interpretações antagônicas e polemicas (e muitas vezes se diferem com as próprias inferências de Gramsci).

Segundo Guido Liguori (2006), a categoria de hegemonia acaba sendo um dos mais complexos e importantes escritos do *Quaderni del Carcere*<sup>4</sup>. Dada a complexidade da categoria e da discussão acerca da organização teórico-política do *Quaderni* realizada por inúmeros pesquisadores gramscianos ao redor do mundo, utilizaremos as interpretações de Liguori acerca da definição sobre o conceito de hegemonia a partir da análise do QI, dentro do qual concentra a ideia de hegemonia que nos ajuda a entender a CEPAL pós-Manifesto de 1949.

A ideia de hegemonia – mesmo Gramsci não ter mencionado o nome especificamente – aparece nos estudos referentes ao *Partido da Ação*, movimento que ocorreu no período renascentista. De acordo com Gramsci, o aspecto histórico-político determina e define o sentido a que se refere o termo dominante, isto é, a correspondência nos modos dominante e dirigente de atuação política na liderança de uma parte da sociedade como concretização de um princípio universal.

---

<sup>4</sup> GRAMSCI, A. *QUADERNI DEL CARCERE*. Edizione crítica dell'Instituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana. Edizione elettronica a cura dell'International Gramsci Society. V.1.0.

Portanto, uma classe já antes de chegar ao poder pode ser 'dirigente' (e deve sê-lo): quando está no poder se transforma em dominante, mas continua sendo também 'dirigente'. Os moderados continuaram a dirigir o Partido da Ação também depois dos anos 70 e o transformismo<sup>5</sup> é a expressão política dessa ação de direção; toda a política italiana de 70 até hoje é caracterizada pelo 'transformismo', isto é, pela elaboração de uma classe dirigente nos marcos fixado pelos moderatos processado em 48, com a absorção dos elementos ativos surgidos das classes aliadas e também das inimigas. (Q1, 44, p.40).

A direção política se transforma num aspecto do domínio enquanto a absorção das elites da classe inimiga leva à decapitação destas e a sua impotência. Pode-se e deve-se ser hegemônico politicamente mesmo antes de ir para o governo e não é necessário contar apenas com o poder e com a força material que este dá para exercer a liderança ou hegemonia política. Da política dos moderados aparece esta verdade com clareza, sendo que a solução desse problema tornou possível o Renascimento nas formas e nos limites em que este se realizou como uma revolução sem revolução (ou de uma revolução passiva<sup>6</sup> segundo a expressão de V. Cuoco). (Q1, 44, p.40).

Podemos extrair dois sentidos de dominação a partir da citação acima: uma que consiste em *dominação* e outra que caminha no sentido da *direção*, pelo qual a classe política conduz seu ideal lógico-histórico amalgamando outros setores e classes sociais vigentes. Nesse sentido, a dominação não é somente disputa, mas sim um fenômeno –histórico – que está *posto*. A partir do momento em que uma classe se apresenta como dominante, as relações sociais estabelecidas se tornam coordenadas e direcionadas de modo que o sentido histórico (teleológico) esteja definido por essa classe. A direção configura um aspecto da dominação política, não necessitando de estar no poder ou utilizar da força em

---

<sup>5</sup> Consideramos pertinente delimitar o conceito de transformismo. Tal conceito é utilizado para analisar a ascensão de governos populares no início do século XXI na América Latina e ainda na relação entre as frações da classe dominante e sua unidade na condução política do projeto burguês de sociedade. Para mais informações sobre transformismo ler: FERNANDES, Renato Cesar Ferreira. *Oligarquia e Transformismo: a crítica de Gramsci a Michels*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 2011.

<sup>6</sup> Para saber mais sobre Revolução Passiva na ótica gramsciana ler: COUTINHO, Carlos Nelson. As Categorias de Gramsci e a Realidade Brasileira. In: *Crítica Marxista Roma*, Editori Riuniti, n. 5, ano 23, 1985. COUTINHO, Carlos Nelson *A época neoliberal: revolução passiva ou contrarreforma?* Revista Novos Rumos. V.49, nº1 (2012). Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/2383>. Acesso em: julho de 2016. COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital. Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)*. Disponível em: <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Uma-esquerda-para-o-capital-Eurelino-Coelho.pdf>.

que o poder propicia para estabelecer a dominação. Hegemonia política, portanto, sintetiza o caráter dominante de uma classe. Essa ideia é central para compreendermos a capacidade de dominar antes mesmo de estar no governo, isto é, direcionar suas práticas sociais durante sua estada no poder político, formas (lógicas e) sociais que são possivelmente apropriadas para o entendimento da história e da política latino-americana no momento da configuração da CEPAL na América Latina.

O termo hegemonia política adquire no primeiro momento dos escritos gramscianos a ideia de *proeminência* e *supremacia*, compreendendo que estes termos estão implícitos nos aspectos da economia, literatura, entre outras áreas. Nesse sentido, Gramsci desenvolve o termo *hegemonia cultural* para compreender as relações entre ampliação da classe dirigente, a relação entre grupo dirigente e a massa nacional-popular. Tal termo hegemonia cultural, como salienta Liguori (2009), não se contrapõe aos escritos sobre hegemonia política.

Liguori (2009) afirma que no final dos QI Gramsci expressa dois sentidos para hegemonia: um *restrito*, direção e dominação e que seriam contrapostos e outro sentido mais *amplo*, no qual relaciona hegemonia como direção associado à dominação. “[...] uma classe já antes de chegar ao poder pode ser ‘dirigente’ (e deve sê-lo): quando está no poder se transforma em dominante, mas continua sendo também ‘dirigente’” (GRAMSCI, Q1, 44 p.40). O uso tanto do sentido restrito quanto do sentido amplo (ideia central para compreender a categoria hegemonia) atravessa os escritos gramscianos, porque consegue caracterizar o momento em que a direção e a dominação se põem contrapostas (remetendo ao sentido restrito do conceito), em que Gramsci denomina este fenômeno denominando de *crise do princípio de autoridade* ou *crise de hegemonia*, no instante em que o Estado ainda não é plenamente desenvolvido (LIGUORI, 2009). É nesse momento da *crise do princípio da autoridade* que o filósofo italiano apresenta o exemplo dos Estados Unidos, época ainda em processo de

desenvolvimento e de constituição plena do Estado. Fora do período da crise [de acordo com a leitura de outras seções dos *Quaderni* (QI, 48, 59)] Gramsci considera hegemonia como uma correlação de forças (coerção) e de consenso que se equilibram, sinalizando que a hegemonia atua na direção e no domínio político da sociedade. O Estado, portanto, aparece pleno de suas funções ao atuar pelo consenso e pela coerção na condução dos projetos capitalistas.

A ideia de hegemonia no sentido mais amplo ajuda compreender a CEPAL como um setor que articulava a construção e/ou reorganização da classe que conduziria o projeto de modernidade na periferia. Não é a toa que o Plano de Metas do governo Kubitschek, por exemplo, teve o assessoramento da CEPAL em que a proposta do referido planejamento consistia em elevar renda nacional por meio das inversões provocando o crescimento social a fim de erradicar os problemas estruturais constitutivos da periferia capitalista.

O *Plano de Metas*, estratégia de desenvolvimento do governo Kubitschek, tinha como objetivo executar trinta e uma metas (incluindo a construção de Brasília) como forma de inserir o país no cenário competitivo do capitalismo. Para isso, era necessário investir em projetos de infraestrutura, além de promover o acúmulo de capital tanto nas remessas vindas do exterior, como no aumento interno de acumulação, sendo realizado através dos investimentos da indústria automobilística, da construção naval e da construção da aeronáutica e ainda incentivar pesquisas nas quais delimitavam aonde o capital gerava a sua produtividade, os chamados *efeitos interindustriais de cadeias produtivas*<sup>7</sup>, tanto na sua acumulação, quanto no seu processo de circulação e realização sob a égide do consumo.

---

<sup>7</sup> Para mais informações sobre a ideia dos *efeitos interindustriais de cadeias produtivas* ler: *NOTAS DE AULA: PLANEJAMENTO E POLÍTICA ECONOMICA: O PLANO DE METAS (1956/1961)*. Disponível em: <http://www.nudes.ufu.br/disciplinas/arquivos/PLANO%20DE%20METAS.pdf>. Acesso em: agosto de 2016.

Essa forma de planejamento tendo como foco a industrialização em prol do desenvolvimento gerou o termo *desenvolvimentismo* movimento no qual iniciado por Vargas<sup>8</sup> garantiu acesso aos instrumentos para adaptar o país aos tramites modernos do progresso. Essa transformação do Estado como o direcionador da política econômica, além da instrução de técnicas que potencializava o aumento de insumos básicos, que seriam os bens de capital e os instrumentos de fomento industriais, fomentou o avanço dos bens duráveis necessários para a potencialização da indústria automobilística. A infraestrutura nacional se beneficiava com as transformações que ocorriam no país.

Citamos algumas organizações criadas nos governos Vargas e que foram aproveitadas no governo de Kubitschek como forma de compor as frações industrialistas em prol do desenvolvimento, a saber: a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) criada em 1951, em que criou projetos que seriam financiados tanto pelo Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos – EXIMBANK – como pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. A criação do Grupo Misto BNDE-CEPAL<sup>9</sup> em 1954 – concretizou a função política da CEPAL como organização que dominava e

---

<sup>8</sup> Apesar de a grande literatura tratar o governo varguista como nacionalista e diferente do governo de Kubitschek, Haffner (2002) aponta uma continuidade entre os referidos governos por ambos focarem no processo de modernização com base na indústria. Um e outro acreditaram que a partir da industrialização o neoveiro do subdesenvolvimento iria se dissipar dando margem às novas formas de relações sociais capitalistas. A diferença entre o capital nacional – defendido com veemência por Vargas – e do capital estrangeiro – condição que Kubitschek percebeu para alimentar o parque produtivo nacional – não os diferencia da essência em colocar o país na condição de moderno e desenvolvido.

<sup>9</sup> “[...] que, sem sombra de dúvida, constitui a base do Plano de Metas.” NOTAS DE AULA: PLANEJAMENTO E POLÍTICA ECONÔMICA: O PLANO DE METAS (1956/1961). UFU, s/d, p. 1. Disponível em: <http://www.nudes.ufu.br/disciplinas/arquivos/PLANO%20DE%20METAS.pdf>. Acesso em: agosto de 2016. A criação do BNDE foi um passo decisivo no fomento à industrialização brasileira e consequentemente à implantação dos projetos voltados para o desenvolvimento econômico. Em 1953, o diretor do BNDE Roberto Campos uniu (por meio de convênios de pesquisa) o banco com as propostas cepalinas. Campos enfatizou a importância da CEPAL quanto às questões relativas ao planejamento econômico e da necessidade do Brasil se apropriar de novas metodologias em prol do desenvolvimento nacional. Ver: TAVARES, M. C. *et al.*, 2010.

direcionava “pedagogicamente” os planejamentos a serem executados e com as possíveis metas a ser atingidas dentro de um tempo estipulado. A CEPAL, ao se atrelar com o governo, atrelava-se também com a sociedade política e com toda uma condução econômica na produção de valor, condicionada pelas suas projeções (não foi a toa que Vargas defendeu a estrutura autônoma da CEPAL). O Grupo Misto BNDE-CEPAL teve a direção de Furtado entre os anos de 1953 a 1955 e impulsionou uma série de levantamentos e pesquisas centrados nas áreas da energia, alimentação, transportes, indústria de base e educação durante o governo de Kubitschek. De acordo com Roberto Campos tal grupo misto passou a ser um dos pilares teóricos do planejamento no Brasil, reforçando o papel ideológico da equipe cepalina quanto às questões ligadas ao desenvolvimento econômico.

Portanto, a noção *hegemonia dissociada* procura responder a postura cepalina frente ao assessoramento que foi dado no momento que suas ideias estiveram no centro do debate teórico na América Latina.

O termo dissociado advém da ruptura lógica com os preceitos da Teoria do Desenvolvimento Econômico em que se acreditava que a condição subdesenvolvida era por causa das formas de organização dos países periféricos pela maneira como os países foram colonizados. A Teoria do Subdesenvolvimento analisa o lugar dentro do qual se vive<sup>10</sup>, injetando a esperança de que o desenvolvimento seria uma possibilidade se houver planejamento a partir do reordenamento do Estado e das frações dominantes voltadas para a erradicação do arcaico.

A intenção da pesquisa consiste na crítica à ideia de desenvolvimento em que a referida comissão carregava (e ainda carrega) a tentativa de sair da condição de

---

<sup>10</sup> Furtado (2014) usa essa expressão para demarcar o ponto de origem e de justificativa para elaborar uma interpretação que atendesse à realidade latino-americana.



subdesenvolvimento. Após a crise de superprodução de 1961 que afetou os principais países latino-americanos, os preceitos cepalinos foram duramente criticados inclusive por segmentos do marxismo, sobretudo pela Teoria Marxista da Dependência (TMD) que mesmo criticando a construção lógica de seu pensamento, não questionava a *ideia de desenvolvimento*, ao contrário, se pensava em tratar o *desenvolvimento das forças produtivas como sinal de progresso* a sua máxima teleológica. A conclusão feita, sem encerrar as possibilidades das hipóteses de pesquisa para futuros estudos, seria da necessidade de questionar a utilização de concepções que ainda acreditam na ideia de desenvolvimento como sinal de progresso. Por que, ainda hoje, tanto a CEPAL como a TMD difundem a sua interpretação do capitalismo sem questionar a categoria central que os constitui?

Consideramos pertinente a crítica à tese do individualismo metodológico elaborada pelo Robert Kurz, no qual aponta para a reflexão de que a referida tese estrutura o pensamento burguês em que a decadência de seu pensamento é revigorada pela defesa de uma possibilidade que nos tempos atuais encontra-se esgotada.

A tese do individualismo metodológico define o indivíduo como medida de análise do todo social, o que faz com que tais análises ganham uma leitura particularizada de mundo, pois focam na possibilidade de transformação deste mundo sob a égide teleológica do tempo social burguês e não procuram criticar irrompendo esse tempo como a consequência decadente de um modo de vida que não espera o porvir socialista, mas apenas o definhamento dos padrões civilizatórios instaurados pela modernidade. O desenvolvimento, ainda alimentado pela atual geração da teoria social crítica, torna-se a meta vulgarizada em prol do decadente progresso.

## Conclusão

A intenção da presente *Notas de Pesquisa* é apresentar uma parte da pesquisa de doutorado elaborada no Programa de Pós-graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, cujo título é *A lógica do subdesenvolvimento/dependência como expressão crítica da teoria social crítica no Brasil* em que procura analisar a ideia de desenvolvimento que subjaz o pilar da modernidade, sendo vista pelos dois principais grupos de investigadores com ressonância pela América Latina: CEPAL e TMD.

A CEPAL possui uma consolidação singular neste continente. Graças aos esforços dos investigadores latino-americanos, sobretudo pela presença do economista argentino Raul Prebisch, a comissão passou a questionar os estudos vindos dos países do centro sob a luz da Teoria do Desenvolvimento Econômico e passou a elaborar a interpretação possível para se atingir a modernidade a partir da condição em que se estruturava histórico-socialmente a América Latina. Com isso, é lançado o Manifesto de 1949, documento que impulsiona a postura da CEPAL em que sua atuação passou a ser *hegemônica no sentido amplo* no cenário latino-americano, seja pela formação pedagógica de novos pesquisadores, seja pelo assessoramento dado aos principais governos na construção/reorganização das frações industriais e financeiras. Sob a égide da industrialização, a CEPAL conduziu seus preceitos ideológicos com base na hegemonia dissociada na América Latina liderando uma ideia de desenvolvimento como sinal de progresso capaz de provocar a esperança para a tão chegada modernidade. A partir dos estudos gramscianos, procuramos mostrar que a categoria de hegemonia ajuda a compreender o papel dominante em que a comissão deteve no assessoramento ideológico para a construção de políticas econômicas voltadas para a criação/ampliação do parque industrial que vigoraram até a crise de superprodução em 1961-1962.

Portanto, a noção de hegemonia dissociada ajuda a reposicionar a função ideológica da comissão, reforçando a sua importância na construção do pensamento social latino-americano, mesmo que sua ideia esteja balizada no desenvolvimento como sinal de progresso. O atual uso dos referenciais que se apropriam da ideia de desenvolvimento perpetua uma promessa do progresso com difícil objetividade de implementação. A modernidade tem indicado uma saída decadente e infrutífera no que tange a criatividade do pensamento crítico, desconstruir essa assertiva, é condição *posta* pela atual realidade social.

## Referências

BIANCHI, A. Apresentação. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 29, p. 7-13, nov. 2007.

CARMO, R. A. E. *O pensamento educacional de Anísio Teixeira para o ensino superior brasileiro nos anos de 1930: uma revolução dentro ou contra a ordem?* Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2011.

COELHO, E. *Uma esquerda para o capital. Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)*. Disponível em: <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Uma-esquerda-para-o-capital-Eurelino-Coelho.pdf>.

COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. A época neoliberal: revolução passiva ou contrarreforma? *Revista Novos Rumos*, Marília/SP, v. 49, n. 1, 2012. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/2383>. Acesso em: julho de 2016.

\_\_\_\_\_. As Categorias de Gramsci e a Realidade Brasileira. *Crítica Marxista*. Roma: Editori Riuniti, n. 5, ano 23, 1985.

FERNANDES, Renato Cesar Ferreira. *Oligarquia e Transformismo: a crítica de Gramsci a Michels*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 2011.

FURTADO, C. *Obra Autobiográfica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GRAMSCI, A. *Quaderni del Carcere*. Edizione crítica dell' Instituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana. Edizione elettronica a cura dell' International Gramsci Society. V.1.0.

HAFFNER, J. A. H. *A CEPAL e a industrialização brasileira (1950-1961)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. (Coleção História 49).

LIGUORI, G.; VOZA, P. *Dizionario Gramsciano 1926-1937*. Roma: Carocci, 2009.

LIGUORI, G. *Sentieri gramsciani*. Roma: Carocci, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Núcleo de Desenvolvimento Econômico. *NOTAS DE AULA: PLANEJAMENTO E POLÍTICA ECONÔMICA: O PLANO DE METAS (1956/1961)*. UFU, s/d, p. 1. Disponível em: <http://www.nudes.ufu.br/disciplinas/arquivos/PLANO%20DE%20METAS.pdf>. Acesso em: março de 2017.

PREBISCH, R. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. *Revista Desarrollo Económico*, Vol. 26, N. 103, p. 479-502, Oct./Dec., 1986.

TAVARES, M. da C. et. al. *As origens do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) 1952-1955*. Memórias do Desenvolvimento. Ano 4, n. 4. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2010. Disponível em: [http://www.centrocelsofurtado.org.br/buscaresults.php?searchterm=%22As%20origens%20do%20Banco%20Nacional%20Econ%C3%B4mico%20\(BNDE\)%201952-1955%22](http://www.centrocelsofurtado.org.br/buscaresults.php?searchterm=%22As%20origens%20do%20Banco%20Nacional%20Econ%C3%B4mico%20(BNDE)%201952-1955%22). Acesso em: março de 2017.

Recebido em: 06.04.2017

Aceito em: 18.05.2017